

COMPONDO UM “RETRATO DO INDIVÍDUO”: CLASSIFICAÇÃO E INTERVENÇÃO MEDIANTE FICHAS DE OBSERVAÇÃO COMPORTAMENTAL (1934-1939)

Juliana Vital Abreu David*

Resumo: A centralidade ocupada pela escola como espaço educativo no período correspondente às décadas iniciais do século XX estimulou a criação de novos instrumentos de mensuração e classificação que, utilizados no interior do espaço da escola, tinham por objetivo conhecer e classificar a população escolar, proporcionando formas mais eficazes de propagação de certo “modelo”, considerado ideal no processo de “transformação da criança em aluno” (Ó, 2006). Neste trabalho, utiliza-se como fonte as fichas de observação comportamental, produzidas no âmbito do Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental (1934-1939), que funcionou nas escolas experimentais do Rio de Janeiro, tendo como chefe o médico Arthur Ramos. As fichas são compreendidas como instrumento que objetivava classificar, penetrar e intervir na individualidade e nas questões privadas da vida dos alunos, devendo compor “um retrato do indivíduo” e do ambiente social e familiar no qual estava inserido.

Palavras-chave: Serviço De Ortofrenia E Higiene Mental. Fichas De Observação Comportamental. Arthur Ramos.

Composing a “portrait of individuals”: classification and intervention through behavioral observation sheets (1934-1939)

Abstract: *The centrality of school as educational space in the corresponding period of the early decades of the twentieth century encouraged the creation of new instruments of measurement and classification used within the school premises were designed to meet and sort the school population, providing more ways effec-*

* Mestre em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); professora do Ensino Fundamental da Prefeitura do Rio de Janeiro; Rua Francisco Xavier, 524, 12º andar, Maracanã; 99999-999, Rio de Janeiro, RJ; vitaldv@hotmail.com

tive propagation of certain “model” considered ideal in the process of “transformation of the child learner” (Ò, 2006). In this paper, I use the chips as a source of behavioral observation, produced under the Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental (1934-1939), who worked in the experimental schools of Rio de Janeiro, with the chief physician Arthur Ramos. The chips are understood as an instrument that aimed to classify, enter and intervene in private matters and the individuality of the students’ lives, should compose “a portrait of the individual” and the social and family environment in which it was inserted.

Keywords: *Serviço De Ortofrenia E Higiene Mental. Behavioral Observation Forms. Arthur Ramos.*

1 INTRODUÇÃO

Trabalhos diversos na área da História da Educação têm se dedicado a estudar as ações reformadoras conduzidas por educadores em diversos Estados brasileiros, sinalizando para a centralidade conferida à educação nas primeiras décadas do século XX. Tais reformas mobilizaram a intelectualidade brasileira, amplamente envolvida com a temática da “nação”. Nesse período era comum o diagnóstico de atraso do país, relacionado ao passado a ser superado, visando à construção da nação em bases modernas.

Objetivando conduzir o país à modernidade, os projetos reformadores envolveram modificações significativas no espaço da cidade, como reformas arquitetônicas, saneamento de espaços insalubres, estímulo ao cuidado com a saúde e à prevenção de doenças, sendo estas compreendidas como morais, físicas ou sociais. Situam-se, por exemplo, como expressão de realidade a superar, os altos índices de analfabetismo, considerado, à época, como “doença social”.

Na cidade do Rio de Janeiro destaca-se uma série de ações representativas desse momento, em que se afirmava a necessidade de intervir no espaço urbano: o bota-abaixo da administração Pereira Passos (1902-1906), a intensa abertura viária promovida por Paulo de Frontin (1906-1907) e o arrasamento do Morro do Castelo, por Carlos Sampaio (1920-1922). São obras demonstrativas da importância de ações urbanísticas que buscavam fabricar um novo modelo cultural, baseado na modernidade e também formular novos modelos de intervenção política e administrativa na cidade. Nessas tentativas de “inventar uma tradição de urbanidade na capital carioca” e “organizar os usos sociais”, são observados encaminhamentos de cunho médico, sanitarista, policial, político, arquitetônico,

convergingo seus discursos e ações para a transformação “[...] de uma cidade bárbara em metrópole digna da civilização ocidental.” (PAULILO, 2009, p. 19).

Encaminhar propostas educativas à população era uma das estratégias pensadas e utilizadas nesse projeto¹ de cunho modernizador e, embora a educação devesse ser compreendida de forma ampla, torna-se possível perceber a afirmação da instituição escolar como um importante espaço irradiador de saberes e hábitos para a população e, de forma mais ampla, para o espaço da cidade. Silva (2009) compreende estas propostas educativas como tentativas de inventar uma tradição de urbanidade na capital carioca, no período correspondente ao início do século XX, que tencionava incutir e multiplicar na população condutas e comportamentos concebidos como adequados.

Embora ações que já tivessem a educação e a escola como base de reformas sociais já pudessem ser observadas ao longo do século XIX e início do século XX, as mudanças pedagógicas e ações em direção aos espaços sociais, sobretudo as apoiadas nos ideais escolanovistas ganharam visibilidade nas primeiras décadas do século XX, por meio de ações e eventos que criaram lugares de “instauração do novo”,² por intermédio de diferentes instituições, entre elas a escola.

Ao abordar o projeto modernizador via escola nas primeiras décadas do século XX no Distrito Federal, torna-se necessário enfatizar o importante papel assumido pelas Reformas da Instrução Pública, que podem ser consideradas como “marcos”, no sentido de apresentarem mudanças significativas na vida escolar e social da época.

Neste trabalho, destaca-se a reforma empreendida por Anísio Teixeira como Diretor da Instrução Pública. Anísio assumiu o cargo de Diretor Geral da Instrução Pública do Distrito Federal no ano de 1931, após seis anos de condução da educação baiana. A presença de Pedro Ernesto na prefeitura da cidade do Rio de Janeiro proporcionou a Anísio a realização do programa que sonhava para a instrução pública e a afirmação no campo educacional.³

Nunes (2000, p. 235) destaca o envolvimento de múltiplos intelectuais, de áreas diversificadas neste projeto reformador:

O grande número de colaboradores dessa reforma, recrutados nos mais diferentes matizes de uma intelectualidade em processo de construção, encarnava a aspiração pela mudança, nem sempre claramente definida. O grande desafio de Anísio, enquanto coordenador de esforços, foi, na conjuntura dinâmica da década de trinta, catalizar o desejo generalizado de renovação presente no imaginário desses intelectuais e canalizá-lo para os serviços escolares oferecidos pelo governo municipal, fazendo da escola não só um

centro de recepção, mas também de ressonância e amplificação da vontade de mudar.

Foram criados, ao longo da gestão de Anísio, diversos órgãos consultivos que deveriam auxiliar no conhecimento sistemático sobre os alunos e o ambiente no qual estavam inseridos. Estes órgãos eram concebidos como unidades para a experimentação educacional e o ensino primário era especialmente tratado como “ambiente de pesquisa” e “laboratório de investigação”.

A partir do objetivo conferido à educação escolar, era necessário conhecer melhor a realidade social e a interioridade dos alunos das escolas públicas do Distrito Federal. Com isso, percebe-se a introdução de todo um aparato que objetivava mensurar, quantificar e classificar os alunos, fortemente ancorado nos saberes da Psicologia, Biologia e Antropometria.

Deste modo, pelo esquadramento da realidade dos alunos, de seu aproveitamento escolar, de suas condições de maturidade em frente às exigências escolares, entre outros inúmeros aspectos, buscava-se conhecer, mais profundamente e com o máximo de detalhes, o universo escolar do Distrito Federal, aspecto importante na concretização das intenções reformadoras. (ALMEIDA; MAGALDI, 2011, p. 65).

Nesse contexto, inscreve-se o Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental (SOHM), que funcionou no período de 1934 a 1939, atendendo a seis escolas experimentais⁴ do Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Este Serviço, inscrito na reforma de Anísio Teixeira, quando este ocupou a Diretoria de Instrução Pública, objetivou atender a alunos que apresentassem algum quadro “problema”, fosse ele relacionado à aprendizagem ou ao comportamento no espaço escolar. Embora funcionasse no interior das escolas, mediante a ação de educadoras capacitadas para detectar tais “problemas” e saná-los, as ações do Serviço não se restringiam ao espaço escolar, visto que muitas das causas de “desajustamentos” estavam relacionadas a problemas detectados no espaço doméstico e no meio social em que as crianças viviam.

O médico Arthur Ramos foi fundador e chefe do SOHM durante todo o seu período de funcionamento, tendo conduzido ações diversificadas com o intuito de intervir e promover mudanças de concepções e hábitos nos alunos, nas famílias, nos professores e na comunidade, de modo que estes pudessem estar afinados em relação à educação da criança, reconhecendo as peculiaridades inerentes à fase da vida infantil.

O referido Serviço tinha como referências principais a higiene mental⁵ e a ortofrenia.⁶ Cabe destacar que, se a primeira dedicava-se de forma especial à questão da prevenção, a segunda deveria se ocupar dos “casos problemas” já instalados.

No livro *A Higiene Mental nas escolas e suas bases teóricas*,⁷ escrito por Arthur Ramos e publicado pela primeira vez em 1934, são apresentadas algumas diretrizes do SOHM, sendo destacada, por exemplo, a necessidade de um trabalho de “observação psicológica com o fim de prevenção mental” e sinalizada a importância da “formação de um lar onde existam condições favoráveis ao bom desenvolvimento mental da criança.” Ainda, segundo Ramos:

Um Serviço de Higiene Mental escolar deve ter em vista os seguintes pontos: Não falar de crianças nervosas ou anormais. Há crianças problemas e o problema se mede pelo grau de dificuldade pedagógica encontrada. Numa grande maioria dos casos, o aluno problema já veio assim de casa. São as primeiras impressões de vida que modelam os primeiros núcleos de caráter. (palavra caráter tratada aqui no seu significado científico). A escola não faz mais do que revelar uma atitude causada por fatores pré existentes. Só em último caso, o educador apelará pela herança, ao encontrar um problema no escolar. Herança, destino, sina, outras expressões análogas indicam quase sempre um menor esforço para se desvencilhar de uma responsabilidade. (BIBLIOTECA NACIONAL, 38, 1, 4).

O Serviço funcionaria por meio de ações diversificadas a partir de um vasto programa, que incluía: a higiene mental preventiva do pré-escolar, exame médico-psicológico, orientação dos sãos e correção dos normais, formação de educadores, educação do público e articulação necessária com outros serviços. Estas ações eram embasadas e reforçadas por uma concepção de educação não exclusiva, mas partilhada por intelectuais diversos, sobretudo os vinculados ao movimento *escolanovista*. Nas palavras de Ramos (1935, p. 5), a educação:

[...] não é mais compreendida como um simples fenômeno de aprendizagem. É um processo global, visando à formação da personalidade. Para isso ela socorre-se de todos os meios que a auxiliam no seu mister. A Higiene Mental, a orientação ortofrênica são inseparáveis do processo educativo, mesmo no caso da criança “normal”, “ideal”.

As ações do SOHM eram encaminhadas no sentido de conhecer minuciosamente a população escolar, anseio observado no interior da reforma educacional da qual fazia parte e buscar formas de intervir com os casos problemas, corrigindo-os e, sobretudo, prevenindo-os. As crianças eram atendidas no espaço

escolar por meio da atuação de médicos, agentes do Serviço e da própria professora de classe, sendo estes sujeitos chamados ao exercício de observação constante dos alunos. Esse era um aspecto valorizado a partir da compreensão da necessidade de conhecer em detalhes a criança e das considerações em torno das peculiaridades dessa fase da vida, noções que, no período analisado adquirem relevo, sendo pautadas em referenciais da Psicologia e na Medicina, por exemplo.

A criança assumiu destaque nas ações do SOHM, sendo a infância considerada uma fase da vida dotada de particularidades. A forma de pensar a criança, no período em questão, foi influenciada significativamente pelos saberes da Psicologia, Medicina, entre outros. Tanto na escola quanto nas famílias, dois espaços educativos e de socialização distintos, tais especificidades da infância deveriam ser devidamente conhecidas e consideradas nas relações entre adultos e crianças.

Conhecer minuciosamente a criança atendida era um aspecto do SOHM relacionado à própria reforma em que estava inserido, na qual se destaca, por exemplo, a utilização de “*tests*” que objetivam um conhecimento individualizado das crianças. O SOHM não utilizava estes “*tests*”, os quais o próprio Arthur Ramos criticava como representantes de um “certo unilateralismo simplista” que não atendia à complexidade de fatores envolvidos nos problemas das crianças. No entanto, foi criado um novo instrumento, que visava reunir informações consideradas necessárias, sobretudo as relativas ao espaço doméstico e ao ambiente social: as fichas de observação comportamental. Nestas fichas, eram coletados dados sobre a criança, sobre sua relação com o espaço escolar, com o espaço doméstico e social, por meio do registro das agentes do Serviço, das observações feitas pela professora de classe e dos dados coletados no próprio espaço doméstico, colhidos mediante visitas domiciliares e atendimento feito aos pais, na escola.

As mencionadas fichas serão foco privilegiado neste ensaio. A seguir, serão destacados alguns aspectos que foram observados a partir da análise de algumas delas, distinguindo as potencialidades deste documento como fonte para a História da Educação. É importante ressaltar que as temáticas destacadas em algumas fichas se entrelaçam com outras, até por conta de seu caráter abrangente. Por questão de organização do trabalho, no entanto, optou-se por apresentá-las a partir de alguns itens.

2 A ORGANIZAÇÃO DAS FICHAS DE OBSERVAÇÃO COMPORTAMENTAL

Se Ramos (1935) criticava as análises baseadas nas avaliações antropométricas e nos testes de inteligência, ele forjou novas estratégias para mensurar e classificar os comportamentos dos alunos atendidos, defendendo uma observação e compreensão global dos indivíduos, sendo criadas, para isso, as chamadas fichas de observação comportamental. Ao se compreender estas fichas como um instrumento que objetivava classificar, penetrar e intervir na individualidade e nas questões privadas da vida do aluno atendido, destaca-se, que, apesar de pautadas em referenciais distintos de outros instrumentos criticados por Ramos (1935) também se inscrevem no cenário em que a ciência e as formas de registro e mensuração eram valorizadas e vistas como necessárias para ações mais eficazes.

Em livro escrito por Ramos, *A Higiene Mental nas escolas e suas bases teóricas*, o autor apresenta a ficha de observação, trazendo elementos sobre a forma como estava sendo utilizada. Segundo ele:

Ela é um experimento prévio, visando o exame geral compulsório da população escolar das escolas experimentais, com o fim de serem joeirados os alunos-problemas de ordem psicológica. Estes serão examinados diretamente na Clínica de Ortofrenia a ser instalada no Instituto de Pesquisas Educacionais (Seção de Ortofrenia e Higiene Mental). A ficha atual é manejada nas próprias escolas por pessoal habilitado dentre as educadoras que frequentam as aulas do curso de Caracterologia Escolar, realizado pelo chefe do serviço. (RAMOS, 1935, p. 23).

Em relação à estrutura, as fichas apresentam algumas variações, sendo umas mais extensas e mais detalhadas que outras, mas, no geral, pode-se utilizar o exemplo trazido no livro para demonstrar como tais documentos eram compostos. Segundo este livro, os dados que iriam compor as fichas eram:

- a) Dados pessoais da criança atendida, como idade, cor, lugar de nascimento, o problema detectado e o endereço;
- b) Dados dos pais, que compreendiam a idade, lugar de nascimento, ocupação, educação, condições econômicas, religião, dados morfológicos aparentes (gordo, magro, alto, baixo), cor da pele, cabelos (cor e forma), traços aparentes de caráter (alegre, triste, calmo, sereno, enérgico, taciturno, falastrão, etc.);

- c) Irmãos: (nome, sexo, idade, em ordem cronológica); avós maternos e paternos (todos os dados possíveis); parentes colaterais (particularidades dignas de nota); outras pessoas (pessoas de casa e extraescola que hajam exercido ou exerçam influência sobre a criança);
- d) Ambiente familiar: lar (casa própria ou alugada), localização, aspecto, tipo de habitação, número de quartos, acomodação à criança, jardim ou pátio para brincar, vizinhança, condições de aeração e iluminação, hábitos familiares, passeios habituais, diversões preferidas, vida matrimonial, visitas em casa;
- e) História obstétrica: doenças e traumatismos durante a gravidez, inquietações mentais, problemas econômicos, doenças nervosas ou mentais, nascimento a termo ou prematuro, condições do parto;
- f) Recém-nascido: peso, respiração, malformação, alimentação, dados sobre o crescimento, saúde geral e dentição;
- g) Sobre o desenvolvimento e formação de hábitos: quando começou a engatinhar, andar, falar, escrever, alimentação preferida, tempo para as refeições, companheiros na mesa, hábitos urinários e intestinais, informações sobre o sono, a que horas se deita e levanta, existência de cerimônias especiais para o sono, medo da escuridão e do isolamento, tempo destinado à brincadeira, brincadeiras favoritas, tendências apresentadas na brincadeira;
- h) Vida sexual: onanismo, inquirições e fantasias precoces, atitude dos pais, comportamento sexual, instrução sexual;
- i) Disciplina e vida na escola: obediente ou desobediente? Tendência a dominar ou a ser dominado? Atormenta os outros? Chora facilmente? Conta mentiras? Pratica furtos? Possui algum tique especial (pestanear, esgaravatar o nariz, sugar o polegar, etc.)?;
- j) Temperamento: tendência ao rubor ou à palidez, características da pele e dos cabelos;
- k) Caráter: fachada psíquica aparente (sociável, bom, amável, bem-humorado, tranquilo, calmo, triste, austero, insociável, reservado, bizarro, indiferente, tímido, medroso, sensível, nervoso, agitado, valente, frio, seco, egoísta, agressivo, imaginativo, sonhador, orgulhoso, fanfarrão, malvado, perverso);
- l) Súmula do exame psicométrico: diagnóstico da personalidade.

No livro citado, Ramos (1935) destaca que o modelo de ficha apresentado não é definitivo, podendo sofrer alterações. No geral, as fichas analisadas estão bem próximas do modelo apresentado no livro, sendo perceptível apenas a ausência, nas fichas observadas, da parte relativa ao “exame psicométrico”. Elas apresentam informações sobre doenças e os tipos caracterológicos, mas os dados psicométricos e antropométricos parecem ter sido excluídos na composição das fichas. Tal fato pode ser compreendido pela própria crítica feita por Ramos (1935) a este tipo de análise, preferindo focar em questões mais globais, pautadas em fatores ambientais acerca da criança.

As fichas podem ser encontradas no acervo de Arthur Ramos, em pastas variadas e, muitas delas, também estão reproduzidas no livro *A Criança Problema*, com o intuito de ilustrar casos-problemas detectados nos alunos e analisados no livro.⁸ Sobre o trabalho com estas fontes, é possível estabelecer um diálogo com Foucault (1987) que, ao se referir ao interior dos espaços asilares, destaca a necessidade de “fazer emergir o arquivo” no sentido de, por meio dele, evidenciar relações concretas destes espaços, sendo possível observar situações específicas, seus desdobramentos e contradições.

As informações obtidas por intermédio das fichas de observação comportamental possibilitam a constituição de um mosaico das atividades das escolas públicas envolvidas no projeto da Seção de Ortofrenia e Higiene Mental. Identificar, observar, catalogar e classificar são os procedimentos que levam à operação de registro das características humanas, que comporiam um documento que deveria ser “um retrato do indivíduo” e do ambiente no qual estava inserido. As práticas de observação das crianças e de seu universo familiar resultaram em dados sistematizados que ofereciam informações sobre cada indivíduo, mas também um perfil da população escolar. Tal estratégia trata, como destaca Foucault (1987, p. 169), da constituição do indivíduo como “objeto descritível, analisável” e, ao mesmo tempo, da “[...] constituição de um sistema comparativo que permite a medida de fenômenos globais, a descrição de grupos, a caracterização de fatos coletivos, a estimativa dos desvios dos indivíduos entre si, sua distribuição numa população.”

No lugar de tomar as fichas e seus conteúdos como dados, o pesquisador deve estar atento às construções que estiveram envolvidas no processo de elaboração destas, o que significa enfocar os dados alcançados como fruto de posicionamentos, subjetividades e intencionalidades, tanto por parte de quem estipulou e executou o levantamento quanto por parte daqueles que forneceram respostas às perguntas. No riquíssimo inventário composto pelo acervo das fichas

de observação comportamental, despontam crianças “brancas, pardas e pretas”, residentes em pequenas casas nos morros, sobrados, quartos alugados ou cortiços, que apresentavam os mais variados problemas na escola, como indisciplina, desatenção, agressividade, etc.

A sistematização de dados em fichas no âmbito das escolas públicas não deve ser considerada um recurso utilizado de forma exclusiva pelo SOHM. Segundo Veiga (2000), a escola republicana foi a escola vetor da medicalização, quando os alunos se tornaram objetos de experimentação, e médicos, engenheiros, juristas e educadores exerceram nela os seus ensaios de modernidade. Esta autora destaca um documento apresentado durante a realização do VII Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia, em Belo Horizonte, em 1912. Nesse evento foi apresentado o modelo das fichas sanitárias que, preenchidas, deveria conter o histórico sanitário dos alunos matriculados em escolas públicas do então Distrito Federal e servir de instrumento para acompanhar o desenvolvimento físico deles. Nestas fichas constavam as seguintes informações:

- 1º Peso, estatura, perímetro torácico e amplitude respiratória;
- 2º Colorido da pele e cicatrizes cutâneas;
- 3º Hérnias e vícios de conformação;
- 4º Deformação do esqueleto (membros e coluna vertebral);
- 5º Conformação do tórax e estado dos respectivos órgãos, com pesquisa do gânglios peri-bronquicos;
- 6º Estado dos órgãos da fonação;
- 7º Estado do aparelho digestivo e dos órgãos abdominais;
- 8º Estado dos órgãos da visão e da audição;
- 9º Dados físicos;
- 10º Observações. (VEIGA, 2000, p. 127).

As fichas de observação comportamental analisadas, apesar de não terem um foco médico em um sentido restrito, também podem ser pensadas de acordo com a perspectiva apresentada por Veiga (2000), concebendo-as como instrumentos de intervenção que visavam elaborar estratégias de convencimento, estimulando mudanças de hábitos. Se na ficha apresentada pela autora os dados que a compõem partem de observações e exames realizados em consultórios médicos, nas fichas de observação comportamental elaboradas pelo SOHM, estas são preenchidas a partir de dados observados e coletados no ambiente escolar e, principalmente, no ambiente doméstico.

3 A FORMAÇÃO DO ALUNO POR MEIO DAS FICHAS

Um aspecto a ser observado nas fichas é a compreensão desse instrumento como estratégia de formar o aluno, uma criança de comportamento e hábitos considerados normais e adequados pelo Serviço. Por outro lado, ao classificar e esmiuçar os “casos problemas”, as fichas apresentavam formas de agir não adequadas, que deveriam ser corrigidas. Destaca-se como exemplo desta tentativa as classificações atribuídas às crianças atendidas.

Na ficha de um aluno de oito anos, do sexo masculino, matriculado na Escola México e que apresentava “problemas de gagueira”, foram encontradas as seguintes classificações: “É um aluno triste, insociável, tímido, nervoso, calado com explosões súbitas. Pouca atenção, nenhuma afetividade, nenhuma memória, muita dificuldade na aprendizagem e pouca disposição para o trabalho.”

A ficha continua com a seguinte descrição do aluno:

Custa a falar, gagueja, vive sempre carrancudo. Em aula está sempre com a cabeça deitada sobre os braços. Às vezes os colegas o chamam de “preto”, “gibi” e ele fica zangado. Os colegas não gostam dele, dizem que é muito levado e dá nos outros. Atiça a briga dos colegas, razão pela qual os colegas não gostam dele. Acha que os meninos são ruins, principalmente Álvaro e José – batem nele. As meninas são todas boazinhas, mas os meninos só o Gabriel. Brinquedos em aula: balançar lentamente a cadeira; passar para outra cadeira por baixo da mesa. Recortar papel, fazer leque para abanar o rosto de Gabriel para ver se ele pisca. Inutilizado o papel, atira-o ao chão, às escondidas, no lugar dos outros ou pede a algum colega para colocá-lo na cesta, mas não se levanta. (BIBLIOTECA NACIONAL, Ficha n. 167 do SOHM).

Mediante as fichas, percebe-se que a criança no espaço escolar deveria seguir certo padrão de comportamento considerado adequado. Este padrão a ser seguido pode ser compreendido pelas classificações presentes nas fichas, que relatam traços do caráter, personalidade e de comportamentos reprováveis, ou não.

A chamada análise “caraterológica” era fundamental para encaminhar o “aluno problema” ao atendimento da higiene mental ou da ortofrenia. Esta análise resultava na classificação das crianças atendidas, por meio do uso de categorias como as mencionadas anteriormente. Tais classificações configuram novos vocabulários e novas formas de compreender a criança e atendê-la, gestadas no âmbito da higiene mental. Sobre a caraterologia, Ramos (1935, p. 3) destaca que ela “[...] estuda qualitativamente as variações psíquicas individuais, e entrega à higiene

mental e à ortofrenia o cuidado de corrigir e prevenir os transtornos caraterológicos que impliquem uma perda ou diminuição do rendimento social.”

Nesse relato percebe-se que a observação minuciosa, principalmente no ambiente escolar, gerava uma série de classificações que podem ser pensadas como o resultado de um trabalho científico, possibilitando aos observadores traçar um panorama sobre essa criança/aluno. Tal mecanismo pode ser pensado também como um instrumento de ordenação que, em meio à heterogeneidade de problemas e comportamentos observados, possibilitasse individualizar cada aluno “fichado”.

As classificações acerca da criança presentes nas fichas, com o uso de termos, como: mentirosa, medrosa, reservada, calma e desconfiada, objetivam estabelecer um padrão de normalidade, destacando os comportamentos adequados, ou não. Pode-se considerar que a classificação faz parte do processo de transformação da criança em aluno. Esse esforço pela caracterização e enquadramento dos alunos, segundo Ó (2006) fez parte de um processo de individualização que ocorreu com a emergência de uma psicologia aplicada à educação, como efeito de um paradigma moderno, para o qual se tornava necessário o conhecimento detalhado dos educandos, imprescindível para o sucesso do processo educativo. Segundo ele:

Estes experts psi criaram efetivamente uma linguagem nova para individualizar as crianças na escola, categorizando, classificando e calibrando as suas capacidades, aptidões e firmas de conduta. E com isso ajudaram a montar toda uma tecnologia disciplinar por intermédio da qual os alunos poderiam ser agrupados em massa, é claro, mas sempre percebidos como entidades a um tempo similares e diferentes entre si. (Ó, 2006).

O modelo ideal de aluno deveria ser aquele equilibrado e autocontrolado que, dentro da reforma anisiana, deveria apresentar comportamentos “civilizados”. Segundo Ó (2006, p. 13), em estudo sobre a afirmação da escola de massas na sociedade portuguesa, realidade com a qual se pode observar fortes aproximações, tratava-se de criar nas crianças a identidade de aluno, sendo fundamental “[...] obter uma eficaz regulação dos comportamentos individuais deslocando o trabalho normalizador para o interior do aluno e para as profundezas de sua mente.”

Na ficha de número 93, da aluna Diamela di Monaco, datada de maio de 1939, pode-se observar a seguinte descrição:

[...] Conversando com a menina soubemos que anteriormente frequentava um colégio particular perto de casa – Colégio Santa Therezinha. A diretora desse colégio é pes-

soa das relações de uma professora da escola. Pedimos-lhe que obtivesse qualquer informação sobre a vida da criança naquele período. Foram as seguintes: furtou desde que começou a frequentar o colégio. Primeiro pequenos objetos, depois dinheiro das professoras. A diretora informou a família, que não a auxiliou na correção, evitando dar qualquer informação [...] (BIBLIOTECA NACIONAL, Ficha de n. 93 do SOHM).

A partir dela, pode-se observar que a aluna, “que tinha problemas com furtos”, era minuciosamente acompanhada por agentes do Serviço e pelas professoras da escola que intencionavam sanar o problema já instalado, sendo, para isso, investigada sua vida pregressa e a atitude em escola anterior, contando até com a ajuda da família.

A formação do aluno relacionava-se com a concepção de criança propugnada pelo Serviço, sendo necessário, portanto, compreendê-la por meio de múltiplos aspectos, entre os quais, no Serviço investigado, destaca-se a influência do ambiente familiar.

Em vez de considerarmos a criança um ser isolado, responsável pelos seus atos, ou julgada portadora de uma tara ou de um fato adverso, a higiene mental, aproveitando a lição da psicologia social contemporânea, ensina-nos a olhar a criança como uma entidade móvel, complexa, boiando à mercê de múltiplas influências de seu meio, e reagindo das mais variadas maneiras a essas influências. (RAMOS, 1954, p. 44).

4 A INFLUÊNCIA DO AMBIENTE FAMILIAR

Como mencionado anteriormente, acreditava-se que a análise da criança apenas no espaço escolar não seria suficiente para compreendê-la, bem como para compreender seus “problemas”. Dessa forma, o ambiente familiar também era um foco de observação e de relato das fichas, sendo este um espaço no qual se formam os “primeiros traços do caráter”. Ao entrar e intervir no espaço doméstico, compreende-se que havia a intencionalidade de educar tais famílias para que cumprissem a contento sua função educativa.

No que se refere às orientações e intervenções em direção às famílias, muitos são os aspectos observados, como a tensão em relação à escola ou à cooperação com esta, atitudes consideradas erradas para a correta formação da criança e a ausência de um ambiente propício ao seu desenvolvimento, entre outros aspectos.

A preocupação com o papel social desempenhado pela instituição familiar pode ser compreendida pela perspectiva de Elias (2004), ao considerar as famílias como “agentes de socialização” capazes de “reproduzirem padrões culturais nos indivíduos”. Assim, compreende-se que as intervenções e as cobranças sobre as famílias se inscrevem em um contexto social ampliado, influenciado, por sua vez, pelas concepções e anseios de uma sociedade em um tempo específico. No caso deste trabalho, educar as famílias inscrevia-se em um objetivo maior, de formar indivíduos afinados com a construção de uma sociedade moderna, no início do século XX.

Sobre a relação entre família e escola, serão destacados alguns aspectos que se podem observar desta relação. O primeiro deles diz respeito aos pais que dizem “não saber o que fazer”, “reconhecendo” sua “incapacidade para educar”, delegando à escola ou a outras instituições essa função.⁹ No caso do menino Z., de 13 anos, matriculado na Escola General Trompowski, e que apresentava comportamentos de “turbulência” na escola, observa-se que a mãe, ao ser chamada na escola, reconheceu a grande necessidade de corrigi-lo, confessando, entretanto, a “falta de coragem” para modificar sua atitude com o filho. “O menino continua desobediente, teimoso, indisciplinado, desatento. Os pais não modificaram em nada a atitude face à criança.” (BIBLIOTECA NACIONAL, Ficha de n. 82 do SOHM).

Em outro caso, a menina C., de 10 anos, foi “fichada” tendo dificuldades para se adaptar ao regime escolar, tendo atitudes de “agressividade”, “autoritarismo” e “teimosia”, relacionadas ao fato de ser mimada por ser filha única. Sua mãe, ao procurar o serviço, queixou-se à auxiliar que a “filha lhe tem dado muito trabalho”, e por isso, “não sabe mais o que fazer”. Nesse caso, a mãe expressou o desejo de “interná-la em um colégio religioso”. Embora a ficha não relate se a criança foi, ou não, internada no colégio, ela é significativa para se pensar nesse aspecto de compreensão da incapacidade para educar, apropriado pelos próprios pais, frente aos maus comportamentos dos filhos (BIBLIOTECA NACIONAL, Ficha de n. 120 do SOHM).

Outro aspecto observado compreende a situação de pais que demonstram resistência em colaborar com a escola. Na ficha de C. H., menino de 10 anos, americano, naturalizado brasileiro, que apresentava problemas de mentiras, furtos e turbulências, analisa-se que, após o fichamento do menino, tendo sido coletadas as informações necessárias por intermédio dele próprio, a mãe foi chamada a comparecer no Serviço, tendo faltado por duas vezes a esse compromisso.

5/5/39 – *A mãe não compareceu ao gabinete deixando de atender ao nosso chamado. Aproveitamos a oportunidade para uma visita. A mãe atendeu-nos, hesitando em convidar-nos para entrar. O menino não estava em casa. Insistia em indagar sobre a finalidade de nossa visita e sabendo que desejávamos sua presença para o exame médico do filho, declarou que precisava conversar com o padrinho, primeiro, sobre a necessidade desse exame.* Conversamos com a senhora, procuramos indagar sobre os brinquedos do filho em casa e a afetividade em relação aos parentes. E finalmente: “a senhora sabe qual é o maior defeito de meu filho? Ele mente muito”. Procuramos convencê-la de que estaríamos prontos a auxiliá-la na correção desse “defeito”. *Não pretende que o filho acabe os estudos no Brasil; fará aqui o curso ginásial e irá, se ela puder para os E.U. “[...] aqui não há severidade; mesmo nas escolas primárias não educam bem as crianças, não lhes dão castigos, não lhes “batem”. No seu tempo não era assim [...] Procuramos demonstrar que ela estava sendo injusta em relação ao nosso país e que todos esses defeitos que ela via no nosso sistema educacional eram o resultado das lições que nos vinham dos E.U. [...]*

11/5/39 – Conforme prometemos fomos visitá-lo. Charles não disse à mãe que nos havia convidado, mas que havíamos dito que iríamos lá naquele dia, para falar com ela. *A visita foi rápida, pois a senhora pretendia sair estando apenas a nossa espera.* Houve tempo, entretanto para presenciar algumas cenas deploráveis entre mãe e filho. *Durante o resto do mês, Charles apresentou pequenas melhoras nos trabalhos de classe e isso mesmo conseguindo com grande esforço da professora e somente por ela.* (BIBLIOTECA NACIONAL, Ficha de n. 92 do SOHM, grifo nosso).

Observa-se, nesse trecho, que a mãe resistia, em certa medida, a ir até a escola e a receber as agentes em casa, sendo, por fim, as melhoras observadas no comportamento de Charles consideradas uma conquista apenas da professora. Desperta atenção também a crítica feita pela mãe ao sistema educacional brasileiro, no qual não haveria severidade, o que pode sugerir algum grau de resistência às práticas educativas pautadas no movimento da Escola Nova e a uma educação mais liberal, ainda que o próprio agente do Serviço que registrou os dados tenha indicado que práticas semelhantes também se encontravam presentes na sociedade americana, mencionada como referência positiva pela mãe.

Em outros casos, pode-se observar a resistência dos pais em modificar hábitos que a escola considerava condenáveis, como os castigos físicos. Na ficha do menino J., de 11 anos, é assinalado que vivia em um ambiente de pauperismo, sofria castigos físicos, sendo humilhado em casa e na escola em

razão do seu comportamento “abobalhado” e da gagueira. Ao ser chamada à Escola, a mãe de J. declarou que iria continuar batendo no filho, porque ele é desobediente, “Assim mesmo, ele foge, continua correndo em volta da mesa, fazendo barulho; eu saio a correr atrás: venha cachorro, passe aqui.” (BIBLIOTECA NACIONAL, Ficha n. 17 do SOHM).

Esse relato é significativo para pensarmos nas resistências das famílias a abandonarem antigas práticas já enraizadas. Mesmo indo até a escola, um espaço que buscava afirmar suas práticas como científicas e, por isso, autorizadas, a mãe não deixou de afirmar que manteria como prática os castigos físicos. Nesse caso, a “sensível melhora observada no aluno” ocorreu após o início dos exames orgânicos, sendo aconselhado que o Serviço continuasse “a orientar a mãe quanto aos inconvenientes dos castigos físicos.”

O último aspecto destacado é o das famílias que apresentaram atitudes de aproximação e até colaboração com o Serviço. Os relatos indicativos desse tipo de situação são bem mais sucintos, visto que nas fichas em que são observadas a colaboração e a consequente mudança de comportamento, não há um prolongamento das observações, uma vez que o objetivo do Serviço teria sido alcançado. É importante destacar, também, que os relatos de uma possível colaboração por parte das famílias são menos frequentes, sendo as mudanças positivas identificadas nos alunos, normalmente relacionadas como resultado das ações das professoras e das agentes do Serviço.

O tio da menina G., de 11 anos, da Escola Manoel Bonfim que apresentava hábitos de mentira, procurou a agente do Serviço, comunicando a intenção de retirá-la da escola por estar alarmado com a atitude maliciosa da menina nas conversas com a criada, sobre a paixão que tinha por um menino que não lhe correspondia e ainda sobre um fato passado entre ela e uns meninos no quintal da escola. No entanto:

Aconselhado pelo SOHM, o tio resolveu confiar a menina à orientação da auxiliar do Serviço que o aconselhou e a tia, sobre a maneira de se conduzirem com a sobrinha. A tia procurava antes obrigar a menina a dizer a verdade, amedrontando-a com o aparecimento da alma da mãe, caso ela mentisse.

Esclarecemos a criança sobre problemas que a angustiavam, relacionados com a vida sexual, com tato e oportunidade.

Junho de 1936 – A família de G... mostra-se satisfeita com a ação da escola. A menina está mais alegre e menos reservada. Perdeu aquele ar de ingenuidade dissimulada. Durante o recreio está prestando auxílio ao serviço de merenda, convi-

dada pela professora que dirige o Serviço. (BIBLIOTECA NACIONAL, Ficha de n. 111 do SOHM).

Nesta ficha, destaca-se o fato de o tio ter ido até a direção para dizer que tiraria a aluna da escola em razão dos comportamentos considerados inadequados e, após um diálogo com agentes do SOHM, ter optado por deixá-la na escola. Outra questão interessante presente na ficha é a maneira como agia o SOHM, aconselhando a família, orientando-a sobre a melhor conduta a ser adotada. O relato ainda mostra o resultado considerado positivo de tal ação, apontando a satisfação da família após a mudança de comportamento da menina, dinâmica, nesse caso, que permite pensar em uma relação bastante estreita e até de colaboração entre as instâncias educativas.

No que se refere à estrutura familiar, as fichas demonstram formações familiares variadas, reforçando a impossibilidade, que já vem sendo bastante sublinhada na historiografia, de se pensar em uma configuração única de família. A intenção de formar um modelo ideal pode ser identificada, nas ações do Serviço, ao se observar o que era considerado como condutas nocivas. Para além do modelo afirmado de “família burguesa” – comumente relacionado à estrutura de pai, mãe e poucos filhos – o divórcio, a orfandade, o abandono, os casais amasiados, os casais com um único filho, as crianças que conviviam com padrastos e madrastas, são alguns aspectos criticados nas descrições de constelações familiares presentes nas fichas, como se pode observar nos relatos a seguir:

P., menino, de 12 anos, de cor parda. Os pais são falecidos; o menino não se lembra dos pais, e não foi possível obter informações. 7 irmãos. Educados pela tia. Moram em casa alugada; não há acomodação para a criança, que dorme no mesmo quarto da tia [...] Subalimentação. (BIBLIOTECA NACIONAL, Ficha n. 68 do SOHM).

A ficha do menino W., de 10 anos e cor parda, demonstra problemas com o padrasto:

O pai faleceu a 8 anos. A mãe, brasileira, costureira é casada de segundas núpcias; é muito carinhosa para o filho [...] O padrasto, português bebe muito vinho e espanca o enteado. Junho de 1936 – Contou-me com certa alegria que o padrasto foi vítima de um roubo e apanhara muito. A professora da classe queixa-se muito da falta de atenção do menino e do seu mau comportamento na sala. Foi esclarecido o caso da criança pelo Serviço: problema de enteado escorraçado; a agressividade e outros problemas de comportamento são consequentes reações à vida em casa

(agressão simbólica contra o padrasto). (BIBLIOTECA NACIONAL, Ficha de n. 117 do SOHM).

Muitas vezes, o fato de a criança ser criada por outra pessoa, que não fosse da família, podia ser positivo, sobretudo, quando a realidade vivenciada por ela era de escorraçamento e abandono moral no lar, conforme se observou nesse relato:

Filha de pais ignorados. Consta que a mãe morreu louca, depois de uma vida desregrada. É adotada por uma senhora, que prestou as informações consignadas nesta ficha. Vivem em casa 3 pessoas da família e duas empregadas. Moram em casa própria de bom aspecto [...]

14/3/1936 – Contou-nos a tutora de I que há dois anos tomou a criança para educar. O pai era ignorado e a mãe, vivendo no meretrício teria morrido louca, ficando a menina entregue a uma companheira de má vida [...] Há um ano está em sua companhia apresentando sensíveis melhoras. (BIBLIOTECA NACIONAL, Ficha n. 234 do SOHM).

A multiplicidade de descrições presentes nas fichas aponta para as variedades de organização familiar. Ainda assim, é interessante se pensar nos modelos idealizados que, mesmo não sendo seguidos, são significativos para se refletir sobre as formas como o SOHM, por meio de seu chefe, desejava que as famílias se organizassem, bem como sobre o sentido atribuído a esses tipos de organização.

5 A INFLUÊNCIA DO ESPAÇO SOCIAL

Além do ambiente do lar ser considerado de importância fundamental para a intervenção com os problemas da criança, o ambiente social mais amplo também deveria ser considerado, sendo este profundamente interligado com as questões pertinentes ao lar. Destacamos, nesta seção, duas questões ambientais relevantes: a habitação e a exposição aos chamados “vícios sociais”.

No caso do menino O., da Escola Estados Unidos, a ficha fornece indicações sobre um lar desajustado e sobre a exposição da criança a atitudes e hábitos considerados nocivos à sua educação.

O pai, português, empregado da prefeitura, faleceu de úlcera no estômago; vivia maritalmente com mãe do menino; *alcoolizava-se com frequência. A mãe, também falecida, era brasileira, parda, cozinheira; frequentava sessões de macumba e baixo espiritismo; alcoolizava-se; tinha vários amantes. 2 irmãs: irmã, de 24 anos, tem vida irregular; irmão de 15 anos, trabalha numa tamancaria. Outra irmã, de 15 anos suicidou-se há um ano; era amasiada, estava com dois me-*

ses de gravidez e o amante encontrou-a namorando outro homem; ela foi à sessão espírita e lá disseram que deveria morrer queimada; em casa ateou fogo nas vestes e morreu. (BIBLIOTECA NACIONAL, Ficha de n.33 do SOHM).

Por meio desse relato é possível observar traços de um ambiente considerado nocivo, envolvendo questões de “abandono moral” relacionado ao alcoolismo, promiscuidade, práticas religiosas condenadas, entre outras. O diagnóstico realizado indicava que a formação da criança era comprometida negativamente pelos fatores apontados:

O pai português, faleceu de tuberculose pulmonar; durante os últimos 7 anos *alcoolizava-se diariamente e punha, nestas ocasiões, a família para fora de casa* [...] Moram em casa alugada, sem acomodação para a criança.

Maio de 1935 – O menino não estuda na escola; vive a fazer gaiatices para os colegas. *Mente e fuma. Bebe cerveja com soda.*

Novembro – Tem faltado muito à escola. *Obtive informações de que o menino vive nas ruas, em más companhias.* É irrequieto, perturba o trabalho dos colegas.

Observações: As atitudes e comportamento desta criança são uma reação ao abandono e ao escorraçamento de casa. *O seu Superego moldou-se ao tipo paterno (alcoólatra e mau para a família), a quem quer substituir (bebe cerveja, fuma, vaga pelas ruas).* (BIBLIOTECA NACIONAL, Ficha de n° 304).

Em relação ao alcoolismo, este foi alvo de muitas ações com vistas à superação dos malefícios causados por ele.

Chalhoub (1986) destaca que os espaços destinados às “bebedeiras”, os botequins, eram considerados, por meio de relatos jornalísticos e inquéritos policiais, como um antro de “vadios” e “desordeiros”. Nesse sentido, compreende-se que o projeto envolvido nessas críticas e nas tentativas de afastar os cidadãos destes espaços se inscreve no anseio de transformá-los em sujeitos “ordeiros” e “trabalhadores”. No que se refere às ações do SOHM, percebe-se que a preocupação estava também no fato de o alcoolismo ter repercussões no espaço doméstico e na vida das crianças, como se percebe nos relatos em que, normalmente o pai “expulsa a família de casa” ou “espanca a mulher e os filhos”.

O alcoolismo, nesse contexto, esteve atrelado a vários outros problemas identificados ao lar, como o abandono dos filhos, os castigos e a exposição ao espaço das ruas. Compreende-se, no entanto, que a tentativa de afirmar a necessidade de um espaço adequado para a habitação tencionava trazer para dentro de casa

os seus membros, que deveriam viver de forma harmoniosa, distantes dos vícios sociais que poderiam tumultuar aquele espaço.

Novamente recorrendo ao trabalho de Chalhoub (1986), a temática da habitação aparecia como um problema para as camadas populares da sociedade no início do século XX. As modificações empreendidas no espaço da cidade, visando ao seu “embelezamento” e à concentração de renda nas mãos de alguns “burgueses”, podem ser alguns fatores que, ainda na década de 1930, ajudam a compreender a precariedade em que vivia a maioria das famílias atendidas pelo Serviço.

Algumas fichas relatam visitas a “casas alugadas”, “com acomodação para a criança”, ou “casa própria, de bom aspecto”, nas quais, normalmente, os problemas das crianças estavam relacionados ao excesso de cuidados, aos mimos, como se pode observar no trecho reproduzido a seguir, retirado da ficha da menina A., de 12 anos:

O pai, comerciante, boa saúde, alegre e sociável. A mãe é professora de piano e canto; alegre e expansiva, mas não goza de boa saúde.

Moram quatro pessoas em casa de pensão, com boas condições de aeração e iluminação, e acomodação para a menina. Agosto de 1935 – A. está convencida de que é uma criança doente. Sempre cercada de mimos, é dengosa e cheia de tiques [...] Chora por coisas insignificantes. Na escola é expansiva, às vezes, mas em casa costuma passar horas calada [...] As tendências à esquizoidia se acentuam nesta menina pela atitude que em casa têm assumido em relação a ela. (BIBLIOTECA NACIONAL, Ficha de n. 115 do SOHM).

Se, em algumas fichas, há referência às condições razoáveis de moradia de algumas famílias, aqui se focaliza, em particular, aquelas que não apresentam estrutura vista como adequada, sendo essa situação atrelada a desajustamentos familiares e sociais. Estando consciente da impossibilidade de alterar radicalmente a realidade da habitação, sobretudo, das famílias menos favorecidas, Ramos (1935) sugere modificações:

Que os pais procurem minorar o regime de promiscuidade em que vivem os seus filhos, encarando o problema com a responsabilidade que devem ter. Mesmo numa habitação pequena é possível melhorar as condições de vida da criança, separando-as em grupos homogêneos, onde o mau exemplo não venha perturbar o ritmo do desenvolvimento psíquico. (BIBLIOTECA NACIONAL, 38, 1, 3).¹⁰

São frequentes os relatos que remontam à precariedade das habitações, sendo normalmente essa situação vinculada a outras delas condenadas pelo Servi-

ço, como a exposição às “más influências da vizinhança”, a intromissão de outros parentes e vizinhos na educação, além dos aspectos de pouca iluminação e aeração. Nos relatos abaixo, observam-se dois casos em que as habitações são consideradas inadequadas, trazendo consigo aspectos de desajustamento no lar e na vida social.

Casa alugada; é um barracão de madeira e zinco, sem acomodação para a criança que dorme na sala com o irmão. O menino trabalha em casa, limpa uma cocheira que existe próximo, vai buscar capim para o burro. Os pais jogam baralho com os vizinhos. Só foi ao cinema uma vez, ver “A Paixão de Cristo”.

Moram em barracão, centro de terreno, que pertence a um capitalista, e de que o pai toma conta há muitos anos com promessa de pagamento, que nunca recebeu. A vida no lar é desorganizada: conflitos constantes [...] O menino vive na rua; volta tarde para casa. Deita-se à meia-noite. Dorme só, numa estrutura de ferro.

16 de agosto – Esteve agitadíssimo. *Contou que na véspera fora a um batizado, tendo bebido várias canecas de chope: comeu muitos doces; não deram bebidas, mas ele tirou – bebeu seis copos de chope e um copinho de parati; ficou mole e se sentou em uma cadeira; depois, para ficar bom, passou alho e vinagre na testa.* (BIBLIOTECA NACIONAL, Ficha de n. 3 do SOHM).

Observa-se que, nas análises do Serviço, não constam prescrições no sentido de melhorar a estrutura da casa ou que sugiram mudança quanto ao local de habitação. Como mencionado anteriormente, pode-se compreender que as sugestões ocorriam no sentido de minorar as condições deficitárias em que viviam essas famílias. Se era difícil, ou muitas vezes impossível que a família abandonasse a casa precária em que vivia, o Serviço considerava possível incutir certos hábitos que pudessem isolar esta família, no sentido de preservá-la das más influências ambientais.

Segundo Donzelot (2001, p. 46), a ação higienista sobre as habitações populares tencionava lutar contra a concepção da casa como lugar de defesa e autonomia, banindo o que nela poderia haver de “alianças ocultas e fusões suspeitas” e também se opondo à nocividade da convivência de muitos indivíduos no mesmo espaço. Assim, arejar a casa, abrir as janelas e afastar os estranhos, eram questões que iam além da higiene, de modo restrito. Ainda, segundo o autor, a equação da habitação popular foi buscada na solução de três males:

Organizar um espaço que seja suficientemente amplo para ser higiênico, pequeno o bastante para que só a família possa nele viver, e distribuído de tal maneira que os pais possam vigiar os filhos. Pretende-se que a habitação se trans-

forme numa peça complementar à escola no controle das crianças. (DONZELOT, 2001).

6 CONCLUSÃO

Compreende-se que a ação investigada, posta em prática por meio do SOHM, pode ser entendida tendo como base as reflexões de Foucault (1992) em torno do conceito de *governamentalidade*. Se o projeto do SOHM insere-se em um horizonte muito mais ampliado, que mirava as modificações de hábitos e o controle da população, nessa perspectiva, ele pode ser pensado como uma técnica descentralizada de Governo que visava a um fim específico. A própria palavra *governamentalidade* já sugere a fusão entre o Governo e a modificação de mentalidades que, progressivamente, refletiriam-se em mudanças de hábitos e ações. Assim, as intervenções eram baseadas na disciplina e no autocontrole. “A *governamentalidade* seria então, o encontro entre as técnicas de dominação exercidas sobre os outros e as técnicas de si.” (FOUCAULT, 1992).

O Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental é compreendido aqui como um espaço no qual foram colocadas em prática algumas ações que tencionavam um conhecimento mais preciso dos alunos. Acreditava-se ser possível, por meio deste Serviço, produzir mudanças nas mentalidades, tanto no espaço escolar quanto no doméstico e social, tendo como primeiro passo mudanças individuais, alcançadas mediante um trabalho minucioso sobre a individualidade, iniciado no interior da escola. Este trabalho, se era considerado cada vez mais objetivo e eficaz por intermédio de instrumentos e métodos de mensuração e classificação, não se restringiu a estes, encaminhando também intervenções mais diretas sobre os alunos e as famílias.

A análise da documentação permite identificar algumas questões consideradas relevantes e pertinentes, que compõem as fichas e se repetem em grande parte delas. A estrutura das famílias, a relação entre família e escola, as condições de habitação e a relação entre pais e filhos são algumas questões possíveis de serem apreendidas por meio das fichas, ainda que se tenha que considerar as intencionalidades envolvidas em seu processo de construção.

Cabe destacar mais uma vez a centralidade assumida pelas crianças neste processo, que podem ser consideradas as “protagonistas” das narrativas das fichas de observação, uma vez que todos os dados coletados, fossem eles relativos aos pais, ao ambiente familiar ou à vida escolar, convergiam para a compreensão

dos problemas da criança. Observa-se, nas ações do Serviço, sobretudo por meio da elaboração das fichas, a intencionalidade em formar um ideal de criança fortemente atrelado, por sua vez, à figura do aluno.

Além das fichas, Arthur Ramos produziu outra forma de intervir com as crianças, a família e a sociedade, utilizando como estratégia o impresso. Embora os limites deste trabalho não permitam tal associação, é interessante articular estas duas formas de intervenção, observando permanências e distanciamentos nos discursos, presentes nestas duas formas diferenciadas de agir no interior do SOHM.

Notas explicativas:

¹ A utilização do termo “projeto” não se refere à existência de um movimento organizado e único, mas a ideias compartilhadas por diversos setores da sociedade que possuíam em comum a noção de modernização da sociedade por meio de reformas no espaço da cidade.

² Estudos recentes na área da História da Educação ressaltam a necessidade de pensar o movimento denominado escolanovista articulado a discussões e a outros movimentos educacionais que se expressam na sociedade brasileira a partir de fins do século XIX, problematizando a representação, construída pelo próprio movimento e, com frequência, incorporada pela historiografia, de ruptura radical com o passado. Ainda assim, alguns eventos são significativos no processo de consolidação e afirmação deste movimento. Reflexões mais aprofundadas sobre as representações do movimento escolanovista na historiografia da educação brasileira, podem ser encontradas em: Vidal (2000); Schueler e Magaldi (2009) e Valdemarin (2010).

³ Se, no trabalho, o foco será dado à reforma empreendida por Anísio Teixeira, cabe assinalar que outros reformadores se destacaram no Rio de Janeiro em períodos anteriores, como Carneiro Leão e Fernando de Azevedo. As reformas empreendidas pelos três intelectuais aqui citados, situadas no bojo do movimento escolanovista, apresentaram diferenças no que diz respeito às ações encaminhadas, mas se conseguiu observar certo grau de continuidade entre elas. Sobre as reformas na Instrução Pública postas em prática no Rio de Janeiro, nas décadas iniciais do século XX, Ver: Vidal e Paulilo (2003).

⁴ As Escolas Experimentais foram criadas por intermédio de um Decreto em 1932. Eram elas: General Tromposky, México, Argentina, Bárbara Otoni, Estados Unidos e Manoel Bonfim.

⁵ Autorizada por seu caráter científico, a higiene mental, ciência que ganhara relevo no fim no século XIX e início do XX, constituiu um discurso sobre todas as instâncias da vida, invadindo a esfera das relações pessoais para moldá-las segundo os propósitos da ordem social.

⁶ As medidas ortofrênicas eram divididas pelo próprio educador, os casos de “transtornos mais graves” (timidez, distração, preguiça, mentira, furto, gagueira, crueldade, ódio, angústia, etc.) deveriam ser encaminhados para a clínica ortofrênica, sob a direção de especialistas.

⁷ Este livro fazia parte de uma série de “vulgarização”, na qual foram publicados também: *A família e a escola* e *A Mentira Infantil*. A edição utilizada neste trabalho é a segunda, publicada em 1935.

⁸ Neste livro são reproduzidos trechos de cerca de 270 fichas de observação.

⁹ Lasch (1991) trata desta transferência de responsabilidades como uma consequência das ações cada vez mais frequentes de especialistas que, ao invés de proporcionar em maior confiança aos pais, conduziram a uma insegurança maior na tarefa educativa, no interior do espaço doméstico. Para este autor: “a proliferação do conselho médico e psiquiátrico solapa a confiança dos pais ao mesmo tempo que alimenta uma noção largamente exagerada da importância das técnicas da criação dos filhos e da responsabilidade dos pais por seu fracasso.” (LASCH, 1991, p. 220).

¹⁰ Documento localizado na Seção de manuscritos da Biblioteca Nacional.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. L.; MAGALDI, A. M. B. M. “Uma aventura para o dia de amanhã”: o projeto do Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental na reforma de Anísio Teixeira (1930). In: NETO, W. G.; MIGUEL, M. E.; NETO, A. F. (Org.). **Práticas escolares e processos educativos: currículo, disciplinas e instituições escolares (século XIX e XX)**. Vitória: EDUFES, 2011.
- BIBLIOTECA NACIONAL. **Arquivo Arthur Ramos**.
- CHALHOUB, S. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- DAVID, J. V. A. **Pela criança, para a família: a intervenção científica no espaço privado através do Serviço de Ortofrenia e Higiene mental (1934-1939)**. 2012. 107 p. Dissertação (Mestrado em Educação)—Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro 2012.
- ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- DONZELOT, J. **A Polícia das Famílias**. Rio de Janeiro: Graal, 2001.
- FOUCAULT, M. A governamentalidade. In: _____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1992.
- _____. **Vigiar e punir: o nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- NUNES, C. **Anísio Teixeira: a poesia da ação**. Bragança Paulista: EDUSF, 2000.
- Ó, J. R. A criança transformada em aluno: a emergência da psico-pedagogia moderna e os cenários de subjetivação dos escolares a partir do último quartel do século XIX. In: SOMMER, L. H.; BUJES, M. I. **Educação e cultura contemporânea**. Canoas: Ed. ULBRA, , 2006. p. 281-304.
- PAULILO, A. As estratégias de administração de políticas públicas de educação na cidade do Rio de Janeiro entre 1922 e 1935. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 42, set./out., 2009.
- RAMOS, A. **A Criança Problema: a higiene mental na escola primária**. Rio de Janeiro. Casa do Estudante do Brasil, 1954.
- _____. **Família e a escola**. Rio de Janeiro: Departamento de Educação do Distrito Federal, 1934.

_____. **A higiene mental nas escolas e suas bases teóricas**. Rio de Janeiro: Departamento de Educação do Distrito Federal, 1935.

_____. **A Mentira Infantil**. Rio de Janeiro, 1938.

_____. **A Saúde do espírito**. Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Educação sanitária, 1944.

SILVA, J. C. S. **Teatros da modernidade**: representações de cidade e de escola primária no Rio de Janeiro e em Buenos Aires nos anos 1920. 2009. Tese (Doutorado em Educação)–Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

VEIGA, C. G. As crianças na História da Educação. In: SOUZA, Gisele. **Educar na infância**: perspectivas histórico-sociais. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. Escola de alma branca o direito biológico à educação no movimento da escola nova. **Educ. Rev. [online]**, p. 123-150, 2000. Edição especial.

Recebido em 28 de janeiro de 2013

Aceito em 09 de junho de 2013

